

Sant'Anna acha que está sendo marginalizado

Brasília — O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, acusou o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, de tê-lo marginalizado na composição das comissões temáticas, junto com todo o grupo moderado do partido. Sant'Anna disse que não tem mais diálogo com Covas e revelou que, para fazer sugestões na composição das comissões, teve que se valer de emissários.

"A gente ainda conversa. Só não conversa é sobre esses assuntos", explicou Carlos Sant'Anna. A expressão "esses assuntos" referia-se às articulações políticas do PMDB dentro da Constituinte.

Tancredista
Assumindo a liderança do grupo moderado do PMDB, Sant'Anna reclamou da intransigência de Mário Covas. "Sou líder dessa corrente tancredista. Esse grupo que está aí é que tem no mínimo cem parlamentares. Esse grupo é maior do que muitos partidos que sentaram na mesa de negociações e tem que ser ouvido. Me considero marginalizado, claro, de todo esse processo. Não só eu, como todo o grupo moderado", criticou Sant'Anna.

O líder do governo reclamou que o senador Mário Covas não definiu nenhum critério e nem fez nenhuma consulta interna no PMDB para indicar os relatores das comissões temáticas da Constituinte. "Estou cobrando fidelidade de Covas ao discurso com que ele ganhou a eleição para líder. Estou querendo que ele pratique a tese do discurso dele. Nós queremos a participação, queremos que o discurso do Covas não seja contra ele mesmo", disse Sant'Anna.

Durante a negociação para a composição das comissões, os líderes do governo e do PMDB tiveram apenas um encontro — mesmo assim marcado por constrangimentos. Quando soube que Covas indicara o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) para integrar a Comissão de Sistematização na condição de ex-ministro da Nova República, Carlos Sant'Anna reivindicou o mesmo tratamento. Só que não encontrou boa vontade.

— O Lyra foi indicado porque foi ministro da pasta da Justiça — disse Covas ao líder do governo, insinuando que o critério não era extensivo.

— E eu fui ministro da Saúde — respondeu Sant'Anna. Depois desse rápido diálogo, do qual saiu sem uma resposta clara de Covas — "Eu só vim fazer uma colocação, você decida o que quiser", disse-lhe Sant'Anna —, os dois não se falaram mais. Sant'Anna acabou conseguindo ser indicado para a Comissão de Sistematização na condição de ex-ministro, mas não foi convidado para nenhuma outra reunião.

Segundo o próprio Carlos Sant'Anna, foi tentada uma articulação com o líder do PFL, José Lourenço, contra Covas. Esse entendimento esbarrou, segundo ele, na disposição de Lourenço em garantir o acordo com Covas. Na véspera da distribuição dos cargos de presidente e relator das comissões temáticas, Sant'Anna chegou a sugerir ao líder do PFL que pedisse ao líder do PMDB uma lista tripartite de nomes do partido para ocupar os cargos de relator das comissões. A proposta nem foi levada adiante.

Amargurado
Segundo o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), expõe da corrente moderada, o líder Carlos Sant'Anna está "amargurado". Sua situação foi tratada numa audiência de Cardoso Alves com o presidente José Sarney. "Presidente, o líder do governo não pode despachar no cafezinho da Câmara", reclamou o deputado, lembrando o fato de que nem gabinete Sant'Anna tem. "Nós vamos resolver isso", disse o presidente. "Mas está difícil", acrescentou Cardoso Alves completando: "Ele está sem pompa e sem circunstância."

Um assessor do ministro Marco Maciel lembra que a situação difícil de Carlos Sant'Anna na liderança do governo não é por culpa do Planalto, que lhe dá os instrumentos para agir. Esse assessor conta que no dia do jantar que o presidente Sarney ofereceu aos parlamentares do PMDB, há duas semanas, no Palácio da Alvorada, Sant'Anna foi o último a chegar. "Só faltou o Luís Henrique apresentá-lo aos deputados do PMDB. Qualquer um, no lugar de Sant'Anna, colava no presidente e não soltava mais", ironizou o assessor do Gabinete Civil.

Moderados querem ter cargo em subcomissão

Brasília — O deputado Expedito Machado (CE) pediu ao líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique, a convocação de uma reunião com os coordenadores de bancada para reclamar do fato de o grupo moderado do partido não ter sido contemplado pelo líder Mário Covas na indicação dos relatores das comissões da Constituinte. Machado pediu na reunião que os setores moderados do partido sejam compensados com cargos importantes nas subcomissões.

Esta talvez tenha sido a única iniciativa tomada internamente no PMDB, pelo setor moderado, para tentar salvar a fracassada articulação de Carlos Sant'Anna, líder do governo, destinada a afastar a esquerda do partido dos cargos de direção das comissões. A esquerda, por sua vez, agiu sem levar em conta as negociações do líder do governo com o PFL.

"Ele não precisa nem pedir demissão. Já deixou de existir hoje (ontem)", disse a deputada Cristina Tavares (PE). O líder do PMDB apenas comentou que tinha notícias da insatisfação de Sant'Anna com as indicações de Covas. "Mas não sabia que tinha chegado a tanto", afirmou.

"Foi apenas uma articulação que não deu certo. Não participei, não concordo, mas não vou superestimá-la", opinou o deputado Cid Carvalho (MA).



Covas tem dois pretendentes do PMDB para cada um dos 13 cargos de relator das subcomissões

Covas tem problemas em nova escolha Constituinte revê prazos

Brasília — A escolha dos parlamentares do PMDB que ocuparão os cargos de relator em 13 das 24 subcomissões da Constituinte não está fácil. O líder do partido, senador Mário Covas, afirmou que há pelo menos dois pretendentes para cada cargo. E o senador Fernando Henrique Cardoso, líder no Senado, previu que "muitos vão esperar". O assunto foi tratado durante toda a tarde de ontem, na residência do deputado Euclides Scalco, entre Covas, os relatores das comissões temáticas indicadas pelo PMDB e os líderes do partido no Congresso.

Somente na próxima terça-feira, cada subcomissão elegerá o presidente — que indicará o relator — e o vice-presidente. Os cargos de relatores ficaram assim distribuídos entre os partidos: 13 do PMDB, cinco do PFL, dois do PDS, um do PTB, um do PT, um do PDT e um do PDC.

Até lá, acirram-se as disputas entre os candidatos. Uma delas trava-se em torno da relatoria da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança (incluindo na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições), que definirá o papel das Forças Armadas. Pelo acordo firmado entre os líderes, coube ao PFL indicar o relator, e o deputado (ex-Arena) Ricardo Fiúza, que tem livre trânsito entre os militares, foi o escolhido.

"Houve um lobby de setores militares, que não identifiquei, para que meu nome não fosse aceito", reclamou o deputado José Tavares (PMDB-PR), que briga pelo cargo desde o início. Deputados do PFL confirmam que os militares tentaram garantir a indicação do relator desta subcomissão, através de lobistas organizados que atuam na Constituinte.

O senador Mário Covas nega que tenha havido pressões de quaisquer setores e considera a questão encerrada. "Pelo acordo, coube ao PFL o cargo e não acredito em lobby militar", disse. Covas reconhece que a definição de nomes é uma "etapa difícil, que poderá magoar muitas pessoas".

Líder adia problemas para semana que vem

Brasília — O líder do PMDB, Mário Covas, vai reapresentar nas próximas horas o nome do senador Almir Gabriel (PA) para o cargo de relator da Comissão da Ordem Social, exercendo o seu direito de decidir a indicação através do voto de Minerva. A eleição entre seu candidato e o deputado Domingos Leonelli (BA), na última quarta-feira, terminou empatada. A representação do nome de Gabriel e a decisão de Covas deverão representar o fim do impasse criado com o pretenso de Leonelli, o que gerou tumulto na instalação da Comissão, inclusive levando Gabriel a renunciar e Covas a rever o processo.

A indicação de Domingos Leonelli para relator era tida como certa até poucas horas antes da escolha final, quando Mário Covas resolveu trocá-lo pelo senador. Oficialmente, a troca foi feita pelo fato de a Bahia ter sido contemplada com o cargo de relator da Comissão de Organização Eleitoral, para onde foi o deputado Prisco Vianna.

Insatisfeito, Leonelli lançou-se candidato a presidente, só desistindo após a renúncia de Gabriel e a reabertura das articulações por Covas. Encerrados os trabalhos na Ordem Social, ainda na noite de quarta-feira, o líder do PMDB reuniu a bancada e tentou resolver a questão oferecendo a Domingos Leonelli uma vice-liderança da Constituinte.

— Não aceito. Não se trata de barganhar cargos — respondeu o deputado, enquanto Covas já abria o debate sobre a composição das sub-comissões. Cerca de três horas após iniciadas as conversações, presentes apenas 13 dos 34 membros da comissão, o líder resolveu submeter os nomes de Leonelli — que conta com o apoio dos partidos de esquerda — e Almir Gabriel a uma votação. Apurados os votos, o senador paraense tinha sete votos, contra seis de Leonelli. Nesse momento chegou o deputado José Carlos Saboia (MA), que empatou o resultado.

Mesmo que seu candidato não tenha vencido a eleição, Mário Covas acabava de encontrar um argumento para bancar sua indicação e dar a volta por cima na derrota que enfrentara: Leonelli, que contava inicialmente com a promessa de 22 dos 34 votos, na hora da escolha só conseguiu reunir oito eleitores. Nesses casos, a opção do líder é o voto de Minerva.

— Na composição das comissões, o critério que valeu foi o da amizade com o líder. Covas pagou a fatura da sua eleição e está agindo no partido da mesma forma que Ulysses, a quem criticou para ser eleito — acusou Domingos Leonelli.

Prazos

A partir da próxima quinta-feira, as subcomissões terão até o dia 24 de maio (45 dias) para apresentar seus trabalhos às comissões, que disporão de 65 dias — até 14 de junho — para consolidar os respectivos capítulos. Cumpria essa etapa, começará a fase da Comissão de Sistematização, que reunirá os textos das comissões e até o dia 14 de julho apresentará ao plenário o projeto da Constituição.

Na melhor das hipóteses, a nova Constituição não será promulgada antes de dezembro. A instalação das 24 subcomissões, prevista para ontem, ficou para a próxima terça-feira, quando serão escolhidos os relatores; a formação da Comissão de Sistematização ocorrerá no dia seguinte. Como cada subcomissão tem prazo de 45 dias para trabalhar, isso significa que, considerando-se os prazos das comissões, discussões, emendas de plenário e pareceres, não deverá haver votação do texto constitucional antes de 10 de novembro.

A votação será por capítulo e esperase que a apreciação de cada um demore de quatro a oito dias. Se houver plebiscito, como prevê o regimento interno da Constituinte, então a nova Carta não estará pronta antes de fevereiro do próximo ano porque, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, serão necessários dois meses, no mínimo, para que se realize a consulta popular.

Ulysses atende PCB e PSB

Brasília — O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, considerou legítimas as reclamações da deputada Beth Azize (PSB-AM) e dos deputados Augusto Carvalho (PCB-DF) e Fernando Santana (PCB-BA), que não haviam sido indicados para as comissões que escolheram, e mandou incluir os seus nomes. Beth Azize e Fernando Santana foram para a Comissão da Ordem Econômica e Augusto de Carvalho para a da Ordem Social.

Na quarta-feira, tanto a deputada Beth Azize como o deputado Augusto Carvalho fizeram pronunciamento cobrando do deputado Ulysses Guimarães a ausência de seus nomes das comissões que pretendiam integrar. Pelo Regimento Interno, eles têm direito a escolher a comissão que querem integrar, já que pertencem a partidos com bancadas em número inferior ao das comissões.

Voto do líder vai decidir

Brasília — O líder do PMDB, Mário Covas, transferiu para a próxima terça-feira as escolhas dos presidentes e relatores das Subcomissões da Constituinte, marcadas para ontem. Com isso, ganhou tempo para tentar neutralizar as críticas que recebeu pela sua atuação nos últimos dias, e adiou a solução do principal problema que enfrenta no momento: a indicação do relator da poderosa Comissão de Sistematização — responsável pela elaboração do texto final da Constituição.

A composição das comissões e subcomissões que estudarão os temas constitucionais acabaram por colocar o novo líder do PMDB na berlinda e os incidentes verificaram quando da instalação de oito grandes comissões ameaçavam se repetir ontem. Pressionado, Covas usou como desculpa a presença do ministro Dilson Funaro em um debate com os constituintes do PMDB e adiou a decisão, voltando a negociar com os insatisfeitos que disputam os cargos de relator e presidente.

Mais do que as subcomissões, porém, o grande problema do líder pemedebista é o impasse criado no partido em torno do relator da Comissão de Sistematização. O cargo está sendo disputado pelos deputados Bernardo Cabral (AM) e Pimenta da Veiga (MG) e pelo senador Fernando Henrique Cardoso (SP). Cabral é, segundo constituintes próximos do líder Covas, o candidato da sua preferência, mas trata-se de um parlamentar que ainda tem pouco trânsito na bancada, o que complica sua escolha.

Conversando com o líder do PFL, José Lourenço, no início da semana, conforme revelou um deputado pefelista, Mário Covas contou-lhe suas dificuldades para a indicação do relator da Comissão de Sistematização. José Lourenço disse que o PFL tam-

bém não ficou satisfeito ao indicar o senador Afonso Arinos como presidente da comissão.

Ainda de acordo com o deputado pefelista, José Lourenço confidenciou que não podia traír compromissos anteriores com Arinos, mas propôs uma saída: se houvesse concordância de Covas, a Comissão poderia ter dois presidentes e dois relatores.

A proposta agradou ao líder do PMDB, que, contudo, não tem encontrado respaldo no partido para viabilizá-la. O senador Fernando Henrique fez proposta semelhante ao deputado Pimenta da Veiga, acenando-lhe com a possibilidade de os dois se unirem e dividirem o trabalho de relatoria. Fernando Henrique sabe que Bernardo Cabral é o nome preferido de Covas, enquanto sua candidatura sofre restrições do líder, com quem disputa espaço político em São Paulo e influência dentro do partido.

Bernardo Cabral, por seu lado, tem baseado sua candidatura no fato de ser ex-presidente nacional da OAB, na tentativa de minar as chances de seu mais sério concorrente, Pimenta da Veiga, com investidas junto à bancada de Minas. Há cerca de 20 dias, os constituintes do PMDB mineiro (35) reuniram-se e parte da bancada resolveu apoiar o nome de Pimenta para relator.

Durante a reunião dos pemedebistas com Funaro, Bernardo Cabral e o coordenador da bancada de Minas — um dos principais opositores de Pimenta — deputado Marcos Lima, ficaram cochichando. Perto dali, um parlamentar próximo a Covas comentava: "Aí está o entrave para Pimenta ser o relator". A Comissão de Sistematização só será instalada na quarta-feira, já que os relatores das subcomissões, que serão escolhidos na véspera, são seus membros natos.

Maciel atribui crise à falta de definições

Brasília — O chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, disse que a causa da crise é a falta de definição, entre as forças políticas que apoiam o governo, das prioridades políticas, econômicas e sociais. "Na hora em que nos entendermos e definirmos claramente as regras do que queremos fazer, os problemas ficarão menores", disse.

"Não coordeno nenhum miniplano. O plano que temos está no compromisso com a nação assinado pela Aliança Democrática", afirmou Maciel, que não adiantou as propostas que tem para a solução da crise. "Precisamos de um conjunto de princípios comuns no plano político, social e econômico. Se essa ideia for aceita, pensamos em seu desdobramento".

"Em que pesem os problemas econômicos e financeiros com reflexos no plano social, acho que a crise do país é política", continuou Maciel. "Tudo que cogitamos está nos compromissos da Aliança Democrática; mas nada é estático, e temos de definir onde haverá correções e reajustes", comentou.

Arraes tenta apaziguar PMDB e secretários

Recife — O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, recomendou a seus secretários — são 17 e só dois políticos — que recebam em seu gabinete os deputados do PMDB na Assembleia para discutir os programas do governo e os critérios de preenchimento dos cargos de confiança, sobretudo no interior. Arraes pretende contornar problemas criados em várias secretarias, quando deputados saíram sem falar com os titulares ou se consideraram mal recebidos.

As denúncias chegadas ao palácio visavam em grande parte a secretaria de Educação, Silke Weber, que tem mais de 5 mil cargos de confiança no interior para preencher, sobretudo em escolas. Ela disciplinou a entrada de pessoas na secretaria e alguns deputados foram obrigados a usar chachá para chegar a seu gabinete. Além disso, prometeu aos professores estaduais estudar a possibilidade de realizar eleições diretas nas escolas, o que contrariou vários deputados, sobretudo o vice-líder da bancada, Gilvan Coriolano, oriundo do sertão.

Silke prometeu estudar a proposta dos professores, de eleições diretas, e a decisão foi aparentemente bem recebida no palácio, mas passou a ser malvista poucos dias depois, quando um deputado do PFL, Carlos Porto, apresentou projeto à assembleia nesse sentido, deixando os pemedebistas confusos. Arraes declarou, então, que o projeto provinha de "democratas", que passaram 20 anos sem defender eleições e agora querem eleições para tudo. Apesar de ter jogado a culpa fria na proposta, recomendou a todos os secretários e deputados o preenchimento dos cargos de confiança através de critérios predeterminados e ouvindo a comunidade.

Tenorinho ouve punição por sua adesão a Jânio

São Paulo — Feliz por ter cumprimentado momentos antes, num telefonema para Moscou, a filha Marina Luiza, que completava dez anos, o único vereador do PCB na capital paulista, Luiz Tenório de Lima, ouviu impassível, ontem à tarde, as punições que o partido decidiu lhe aplicar por ter se aliado, politicamente, ao prefeito Jânio Quadros.

A pena máxima de expulsão, que chegou a ser cogitada, não foi adotada. Mas Tenorinho ouviu de cabeça baixa, na sede municipal do partido, duas das mais graves sanções previstas pelos estatutos. Recebeu uma "advertência pública", que será até publicada na *Voz da Unidade*, o jornal oficial do PCB, e foi definitivamente afastado do comitê municipal do partido na capital.

"Não se trata de aceitar ou não as punições. Sou homem de partido, disciplinado e meu empenho, agora, será para que a resolução seja cumprida", prometeu Tenorinho, 63 anos, 43 de militância no PCB. Além dos problemas no partido, ele vive um drama pessoal: casado com a soviética Luiza, que conheceu durante o exílio, e pai de Pedro (12 anos) e Marina (10), sua família, que voltou para o Brasil depois da anistia, não se adaptou e retornou para Moscou. Desde então, pelo menos duas vezes por ano, Tenorinho é obrigado a encontrá-la na capital soviética.

Denunciado por traição ao PCB — que em São Paulo mantém uma aliança tradicional com o PMDB, onde atuavam seus militantes antes da legalidade —, Tenorinho, segundo concluiu a comissão de ética e a direção municipal do partido cometeu duas "lamentáveis distorções": fez oposição sistemática ao ex-prefeito Mário Covas, (PMDB), a quem o partido apoiou, e tem dado "sustentação" na Câmara às propostas do prefeito Jânio Quadros, a quem o PCB combate por estar "comprometido com setores reacionários e conservadores".

Pela resolução do PCB, além das duas punições — os estatutos partidários prevêem "advertência interna", "advertência pública", "destituição de cargo da direção" e a "expulsão" —, ele sofrerá uma pena adicional: sua assessoria no gabinete na Câmara será destituída e substituída por funcionários escolhidos por uma convenção municipal do partido.